

# **LEGADO DO CAIXEIRO ALENTEJANO**

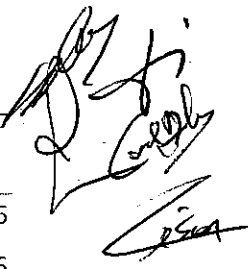
## **Associação Mutualista**

**Demonstrações Financeiras**

**31 de Dezembro de 2017**

## Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	5
Demonstração dos Resultados de Atividades.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo .....	8
1. Identificação da Entidade .....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	8
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	9
3.1. Bases de Apresentação.....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	16
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	17
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	18
7. Inventários .....	18
8. Rédito.....	19
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	19
10. Subsídios do Governo e Apoios do Governo .....	21
11. Ativos Biológicos .....	21
12. Benefícios dos empregados.....	22
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	22
14. Outras Informações .....	23
14.1. Investimentos Financeiros .....	23
14.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	23
14.3. Clientes e Utentes.....	23
14.4. Outros Ativos Correntes .....	23
14.5. Diferimentos .....	24
14.6. Caixa e Depósitos Bancários .....	24
14.7. Fundos Patrimoniais .....	24
14.8. Fornecedores .....	25
14.9. Estado e Outros Entes Públicos .....	25
14.10. Outros Passivos Correntes.....	25
14.11. Subsídios, doações e legados à exploração .....	26
14.12. Fornecimentos e serviços externos .....	26



---

14.13. Outros rendimentos.....	26
14.14. Outros gastos.....	26
14.15. Resultados Financeiros .....	27
14.16. Acontecimentos após data de Balanço .....	27

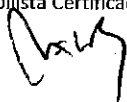
# Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		reexpresso	
		31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	5 407 547,21	5 525 116,94
Ativos Biológicos	12	1 460,00	3 420,00
Investimentos financeiros	14.1	40 000,00	40 000,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.2	146 310,91	169 135,07
<b>Subtotal</b>		<b>5 595 318,12</b>	<b>5 737 672,01</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	1 915,65	1 763,96
Ativos Biológicos	7 e 11	340,00	498,00
Clientes	14.3	2 591,40	2 324,64
Estado e outros Entes Públicos	14.9	5 261,85	6 771,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.2	10 254,19	16 091,20
Outras contas a receber	14.4	176 456,42	149 766,72
Diferimentos	14.5	3 908,44	5 421,57
Outros Ativos financeiros	14.1	1 117,40	1 077,51
Caixa e depósitos bancários	14.6	115 559,18	95 081,40
<b>Subtotal</b>		<b>317 404,53</b>	<b>278 796,83</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>5 912 722,65</b>	<b>6 016 468,84</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	14.7	<b>5 166 088,87</b>	<b>5 324 231,99</b>
Fundos		1 614 235,90	1 614 235,90
Reservas		125 219,02	125 219,02
Resultados transitados		(186 546,70)	(33 252,32)
Excedentes de revalorização		2 785 652,56	2 785 652,56
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	827 528,09	832 376,83
Resultado Líquido do período		(84 551,67)	(153 294,38)
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>5 081 537,20</b>	<b>5 170 937,61</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	9	599 918,31	623 176,46
Financiamentos obtidos	6	21 197,07	41 784,71
<b>Subtotal</b>		<b>621 115,38</b>	<b>664 961,17</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14.8	25 594,75	26 052,70
Estado e outros Entes Públicos	14.9	29 114,57	20 232,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.2	2 003,53	2 936,58
Financiamentos obtidos	6	20 703,00	20 343,48
Diferimentos	14.5	2 342,67	377,30
Outras contas a pagar	14.9	130 311,55	110 627,17
<b>Subtotal</b>		<b>210 070,07</b>	<b>180 570,06</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>831 185,45</b>	<b>845 531,23</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>5 912 722,65</b>	<b>6 016 468,84</b>

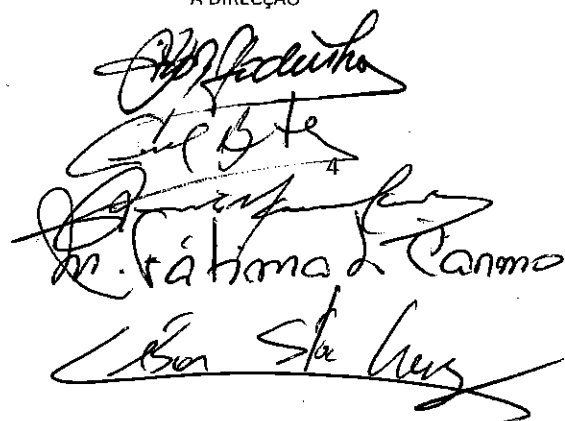
Contabilista Certificado nº 33314



LEGADO DO CAIXEIRO ALENTEJANO- Associação Mutualista

NIF:500 877 386

A DIRECÇÃO



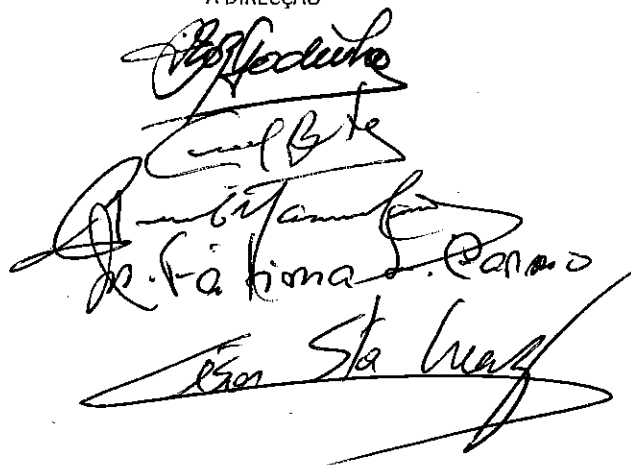
## Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas		
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	877 683,63	885 113,59
Subsídios, doações e legados à exploração	10/14.11	361 823,91	346 813,48
Variação nos inventários da produção	7	(158,00)	33,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(132 049,32)	(134 299,53)
Fornecimentos e serviços externos	14.12	(168 934,59)	(155 989,93)
Gastos com o pessoal	12	(700 020,89)	(702 793,44)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.3/14.4	-	(912,37)
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9	23 258,15	-
Aumentos/reduções de justo valor	11	(1 960,00)	140,00
Outros rendimentos e ganhos	14.13	129 229,48	119 531,49
Outros gastos e perdas	14.14	(410 351,22)	(422 129,22)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(21 478,85)</b>	<b>(64 492,03)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(72 129,98)	(98 419,88)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(93 608,83)</b>	<b>(162 911,91)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14.15	10 347,73	12 041,20
Juros e gastos similares suportados	14.15	(1 290,57)	(2 423,67)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(84 551,67)</b>	<b>(153 294,38)</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(84 551,67)</b>	<b>(153 294,38)</b>

Contabilista Certificado nº 33314



A DIRECÇÃO



Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

**Demonstração dos Resultados de Atividades**

RENDIMENTOS E GASTOS	2017		Apoio à Juventude				Apoio à Terceira Idade			Carençados	
	TOTAL	Mutualismo	Agricultura	Creche	Pre escolar	TOTAL	Lar	Centro Dia	Apoio Dom	TOTAL	P.E.A.
Vendas e serviços prestados	877 883,83	274 825,23	1 046,00	40 386,97	49 093,24	89 480,21	435 564,69	17 633,14	58 722,36	511 920,19	612,00
Subsídios, doações e legados à exploração	361 823,91	2 238,98	2 430,96	107 794,71	84 812,76	192 607,47	9 241,02	7 971,12	122 091,86	138 304,00	25 242,90
Variação nos inventários da produção	132 040,32	-	2 453,41	14 736,29	19 684,20	34 420,49	47 947,47	4 947,56	26 861,79	79 756,81	15 416,61
Custo das mercadorias vendidas, matérias consumidas	158,00	-	158,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	168 934,59	37 052,80	954,24	14 583,98	15 358,21	28 942,19	65 406,75	6 424,31	22 785,77	94 818,83	6 368,53
Gastos com o pessoal	780 020,89	109 202,32	274,86	103 213,74	115 295,41	218 508,15	231 096,75	9 970,96	119 129,84	360 197,35	11 837,21
Provisões (aumentos / reduções)	23 258,15	23 258,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	1 960,00	-	1 980,00	-	-	-	1 756,87	-	4 048,74	5 805,61	-
Outros gastos e perdas	129 229,46	122 623,87	-	-	800,00	800,00	68,38	-	-	68,38	-
	410 351,22	410 282,84	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	- 21 478,85	- 133 781,73	- 2 323,55	15 647,67	- 15 831,82	15,85	102 043,23	4 261,44	16 065,76	122 390,43	- 7 769,85
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 72 129,96	- 5 902,74	- 585,02	- 5 102,13	- 6 101,98	- 11 204,09	- 44 275,10	- 4 343,22	- 5 839,81	- 54 458,13	-
<b>Resultado operacional</b>	<b>93 808,83</b>	<b>- 139 694,47</b>	<b>- 2 888,57</b>	<b>10 545,54</b>	<b>- 21 733,70</b>	<b>- 11 188,24</b>	<b>57 768,13</b>	<b>- 81,78</b>	<b>10 245,95</b>	<b>67 932,30</b>	<b>- 7 769,85</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10 347,73	10 347,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	- 1 290,57	- 35,09	-	-	-	-	- 1 255,46	-	-	- 1 255,48	-
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>84 551,67</b>	<b>- 129 381,83</b>	<b>- 2 888,57</b>	<b>10 545,54</b>	<b>- 21 733,70</b>	<b>- 11 188,24</b>	<b>56 512,65</b>	<b>- 81,78</b>	<b>10 245,95</b>	<b>66 676,82</b>	<b>- 7 769,85</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>84 551,67</b>	<b>- 129 381,83</b>	<b>- 2 888,57</b>	<b>10 545,54</b>	<b>- 21 733,70</b>	<b>- 11 188,24</b>	<b>56 512,65</b>	<b>- 81,78</b>	<b>10 245,95</b>	<b>66 676,82</b>	<b>- 7 769,85</b>

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		671 684,56	658 252,88
Proveitos inerentes a associados		210 065,68	228 244,74
Pagamentos de capitais vencidos a associados		(390 073,07)	(421 152,24)
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(303 562,47)	(286 788,39)
Pagamentos ao pessoal		(696 266,92)	(689 119,79)
Caixa gerada pelas operações		(508 152,22)	(510 562,80)
Outros recebimentos/pagamentos		364 452,52	338 151,82
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(143 699,70)	(172 410,98)
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(3 912,68)	(813,36)
Investimentos financeiros		(9,24)	(647,88)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Rendimentos propriedades de investimentos		98 213,84	93 128,92
Outros Ativos- Alienação propriedades de investimentos		54 000,00	
Juros e rendimentos similares		10 347,73	12 041,20
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		158 639,65	103 708,88
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Realizações de fundos -reembolsos empréstimo ao pessoal/associados		24 803,07	21 677,94
Doações		2 253,26	2 361,39
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(20 227,93)	(19 372,00)
Juros e gastos similares		(1 290,57)	(2 423,67)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		5 537,83	2 243,66
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		20 477,78	(66 458,44)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		95 081,40	161 539,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.6	115 559,18	95 081,40

Contabilista Certificado nº 33314

A DIRECÇÃO

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

LEGADO DO CAIXEIRO ALENTEJANO- Associação Mutualista, contribuinte numero 500 877 386, existente desde 15/10/1926 tutelada pelo Ministério da Segurança Social.

Com estatuto aprovado de Instituição Particular de Segurança Social, pelo D/L 119/83 de 25 de Fevereiro, registada na Direção Geral de Ação Social sob o nº 13/81 de 18/8/1991 fls 12 e verso do livro nº 1 das Associações Mutualista, publicada em Diário da Republica em 12/7/1989.

A Instituição goza das regalias que o decreto lei 9/85 concede às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Entidade isenta em IRC conforme despacho de Direção Geral das Contribuições e Impostos, datada de 1/3/1989

- Categoria C – rendimento das atividades desenvolvida no âmbito dos seus fins estatutários
- Categoria E- rendimentos de capitais
- Categoria F – rendimentos prediais
- Categoria G- ganhos de mais-valias

Atividades económicas desenvolvidas de acordo com o quadro infra:

TIPO	CAE	Designação
PRINCIPAL	65112	OUTRAS ACTIVIDADES COMPLEMENTARES DE SEGURANÇA SOCIAL
SECUNDARIO	88910	ACTIVIDADES DE CUIDADOS PARA CRIANÇAS, SEM ALOJAMENTO
PRINCIPAL	87301	ACTIVIDADES APOIO A IDOSOS COM ALOJAMENTO
SECUNDARIO	88990	OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E.
SECUNDARIO	85100	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:



- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	12
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

As "Propriedades de Investimento" estão registadas pelo custo histórico e por força da norma aplicável a partir de 2016- Norma 7, alinea 5 - por serem reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas.

Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

### 3.2.4. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários (matérias primas) o o FIFO (*first in, first out*).

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

### 3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outros passivos correntes

Os "Clientes" e as "Outros passivos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos permanentes das modalidades de benefícios sujeitas a reservas matemáticas;
- fundo de reserva legal e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.8. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

Os "*Encargos Financeiros*" de "*Empréstimos Obtidos*" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "*Investimentos*" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas.

Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*), quando ocorridos, são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

#### **3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

A Entidade reúne as condições necessárias para a isenção de IRC no desenvolvimento da sua atividade.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

No presente ano a Entidade não alterou a política contabilísticas .



## 5. Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no ano corrente e ano transato, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2016
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais				26 935,09	26 935,09
Edifícios de rendimentos	-	-	-	948 983,94	948 983,94
Edifícios -Valencias	5 076 076,12	-	-	-	5 076 076,12
Equipamento básico	178 707,96	813,36	-	-	179 521,32
Equipamento de transporte	102 034,21			-	102 034,21
Equipamento biológico	-		-	-	-
Equipamento administrativo	427 445,18	167,68	-	-	427 612,86
<b>Total</b>	<b>5 784 263,47</b>	<b>981,04</b>	<b>-</b>	<b>975 919,03</b>	<b>6 761 163,54</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Propriedades de Investimento	-	5 318,89	-	50 719,55	56 038,44
Edifícios -Valencias	445 901,45	59 469,27	-		505 370,72
Equipamento básico	134 040,45	29 529,26		-	163 569,71
Equipamento de transporte	80 474,63	3 643,88	-	-	84 118,51
Equipamento administrativo	426 490,64	458,58	-	-	426 949,22
<b>Total</b>	<b>1 086 907,17</b>	<b>98 419,88</b>	<b>-</b>	<b>50 719,55</b>	<b>1 236 046,60</b>
				<b>Ativo Líquido</b>	<b>5 525 116,94</b>

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	26 935,09				26 935,09
Edifícios de rendimento	948 983,94	-	(49 352,43)		899 631,51
Edifícios -Valencias	5 076 076,12	-	-	-	5 076 076,12
Equipamento básico	179 521,32	225,23		-	179 746,55
Equipamento de transporte	102 034,21			-	102 034,21
Equipamento administrativo	427 612,86	726,30	-	-	428 339,16
<b>Total</b>	<b>6 761 163,54</b>	<b>951,53</b>	<b>(49 352,43)</b>	<b>-</b>	<b>6 712 762,64</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e Outras Construções	561 409,16	63 801,11	(2 961,15)		622 249,12
Equipamento básico	163 569,71	4 449,72		-	168 019,43
Equipamento de transporte	84 118,51	3 643,88	-	-	87 762,39
Equipamento administrativo	426 949,22	235,27	-	-	427 184,49
<b>Total</b>	<b>1 236 046,60</b>	<b>72 129,98</b>	<b>(2 961,15)</b>	<b>-</b>	<b>1 305 215,43</b>
				<b>Ativo Líquido</b>	<b>5 407 547,21</b>

## 6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	20 703,00	21 197,07	41 900,07	20 343,48	41 784,71	62 128,19
<b>Total</b>	<b>20 703,00</b>	<b>21 197,07</b>	<b>41 900,07</b>	<b>20 343,48</b>	<b>41 784,71</b>	<b>62 128,19</b>

Os juros e capital a liquidar desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	20 703,00	786,00	21 489,00	20 343,48	1 290,00	19 260,00
De um a cinco anos	21 197,07	278,00	21 475,07	41 784,71	1 064,00	62 240,00
<b>Total</b>	<b>41 900,07</b>	<b>1 064,00</b>	<b>42 964,07</b>	<b>62 128,19</b>	<b>2 354,00</b>	<b>64 482,19</b>

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Custo	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	132 049,32	1 763,96	132 201,01	-	1 915,65
Compras p/ativos biológicos	-	-	-	-	-
Ativos Biológicos	-	498,00	-	-	340,00
<b>Total</b>	<b>132 049,32</b>	<b>2 261,96</b>	<b>132 201,01</b>	<b>-</b>	<b>2 255,65</b>
Custo dos ativos biológicos		3089,55			-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		131 209,98			132 049,32
Variações nos inventários da produção		33,90			(158,00)

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" correspondem a Matérias primas, sendo utilizado o método de custeio de FIFO, respeitando assim os prazos de validade das matérias primas.

## 8. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas - ativos biológicos	1 046,00	800,00
Prestação de Serviços	876 637,63	884 313,59
Proveitos inerentes a associados	210 065,68	228 244,74
Quotas e Jóias	63 851,36	67 319,65
Quotas dos utilizadores - serviços apoio social	602 012,40	584 698,41
Promoções para captação de recursos	708,19	4 050,79
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
<b>Total</b>	<b>877 683,63</b>	<b>885 113,59</b>

## 9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões Matemáticas das Modalidades Mutualistas

Nos termos previstos no nº1 do artigo 51º do Código das Associações Mutualistas (CAM), aprovado pelo Decreto Lei nº 72/90, de 3 de março, as Associações Mutualistas devem organizar um Balanço Técnico com vista a apurar o montante das suas responsabilidades futuras para com os Associados.

Deste modo, sempre que uma Mutualidade prossiga modalidades de benefícios que, designadamente, impliquem a atribuição/pagamento futuro de benefícios pecuniários, está a mesma obrigada a periodicamente, calcular o valor actuarial dessas suas responsabilidades.

O valor actuarial das responsabilidades futuras assumidas pela Associação perante os seus Associados em determinada modalidade de benefícios é designado por Reserva Matemática.

Nos termos previsto no 46º do CAM, em relação a cada modalidade de benefícios que implique a existência de reservas matemáticas, deve ser constituído um Fundo Permanente destinado a garantir a Reserva Matemática dessa modalidade. Este Fundo Permanente não deve ser inferior ao valor das reservas Matemáticas (artigo 46º, nº1).

Neste mesmo sentido, vai o disposto nos Estatutos do Legado do Caixeiro Alentejano -Associação Mutualista.

Por forma a ser dado cumprimento ao supra referido a Entidade tem como actuarial titular o membro da IAP -235 Henrique Oliveira Pêgas que em 18/1/18 elaborou o mapa de reservas Matemáticas por modalidade associativa cujo relatório faz parte integrante deste Anexo.

Os movimentos de variação do calculo das provisões matemáticas, agrupado em 5 classes de modalidades, resumem-se no seguinte mapa:

O valor do calculo actuarial para 2017 ascendeu a 1.461.373,58 euros e está reconhecido na nota 14.7-Capitais Próprios.

Modalidade	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Vida Inteira	425 229,59		7 851,52	433 081,11
Subsidio Misto	753 618,93		(127 362,98)	626 255,95
Transf. Misto Crescente	36 317,27		(10 790,65)	25 526,62
Trans.Subsidio Repartido	12 838,11	166,15		13 004,26
Subsidio Repartido	386 232,00		(22 726,36)	363 505,64
<b>Total</b>	<b>1 614 235,90</b>	<b>166,15</b>	<b>(152 862,32)</b>	<b>1 461 373,58</b>
Nº subscrições	2543			2377

#### Outras Provisões – Pensões a pagamento

O reconhecimento da provisão tem por base o Relatório do Técnico Actuarial que se transcreve no mapa infra. A reversão da provisão para o ano corrente é substancial por no corrente ano, ter ocorrido o óbito de uma pensionista.

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Outras provisões-Pensões vitalicias	623 176,46	-	23 258,15	599 918,31
<b>Total</b>	<b>623 176,46</b>	<b>-</b>	<b>23 258,15</b>	<b>599 918,31</b>

#### Tábua de mortalidade TV 88-90, com uma taxa técnica associada de 2%

Idade	Pensão mensal	<i>Pensão Anual = 13 x Pm</i>	Custo de uma pensão de 1€ pagável anualmente	Valor total da Reserva Matemática
64	702,39€	9.131,07€	16,968	154.935,99
64	666,37€	8.662,81€	16,968	146.990,56
66	455,00€	5.915,00€	15,870	93.871,05
71	1.098,54€	14.281,02€	13,060	186.510,12
76	306,11€	3.979,43€	10,270	40.868,74
<b>TOTAIS</b>	<b>3.405,96€</b>	<b>41.969,33€</b>		<b>623.176,46</b>

Deste mapa pode entender-se o seguinte:

- Se o 13.º for pago separadamente, o encargo mensal é de 3.314,43€.
- Acaso pensão anual seja a pago em 12 prestações a mensalidade será de 3.590,64€.
- Se comprássemos esta responsabilidade através de uma Seguradora, que utilizasse as mesmas bases técnicas, o valor a entregar seria de 636.518,67€

## 10. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" não tendo havido quaisquer "Apoios do Governo":

As doações encontram-se detalhadas no mapa 14.11

Descrição	2017	2016	Fluxo financeiro em 2017	
			Total aprovado	fluxo recebido
<b>Subsídios apoio social</b>	<b>347 898,67</b>	<b>333 829,22</b>		
Infancia e Juventude	192 593,19	182 648,04	193 474,33	191 990,15
Terceira Idade	130 062,98	124 726,18	131 434,28	130 798,31
Cantinas sociais	25 242,50	26 455,00	25 242,50	25 550,00
<b>Outros</b>	<b>5 553,99</b>	<b>7 791,98</b>	<b>7 853,48</b>	<b>8 376,44</b>
IFAP	2 808,26	2 841,81	2 808,26	2 808,26
IEFP	2 745,73	4 950,17	5 045,22	5 568,18

Subsidio atribuído à Entidade, a **fundo perdido**, para financiamento de ativos tangíveis, conforme mapa infra:

Investimento		Depreciação do exercício			LIQUIDO
Descrição	Valor	Taxa	do exercício	Acumulada	
Obra Segurança Contra Incêndios	49 991,40	2%	999,83	11 997,96	37 993,44
<b>Subsidio ao investimento</b>					
ISSS	25 256,00	2%	505,12	6 061,44	19 194,56
Fundo Socorro Social	14 744,00	2%	294,88	2 928,60	11 815,40
<b>Projeto -apoio domiciliário</b>	<b>45 192,52</b>	div.taxas	<b>5 839,81</b>	<b>24 937,27</b>	<b>20 255,25</b>
Viatura	29 151,00		3 643,88	14 879,18	14 271,82
Equipamentos básicos	15 377,72		2 195,93	9 394,29	5 983,43
Equipamentos Informáticos	663,80			663,80	-
<b>Subsidio ao investimento-Proder</b>	<b>31 333,99</b>		<b>4 048,74</b>	<b>9 996,21</b>	<b>14 044,95</b>

## 11. Ativos Biológicos

Ativos mensurados ao justo valor conforme paragrafo 13 da NCRF 17, na classe de animais Ovinos reprodutores e respetivas Crias, descriminado por categorias como segue.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, esta classe de ativos registou os seguintes movimentos:

DESCRIÇÃO	2017			2017		2016
	Unidades	Unitário	Valor Total	Custo	Venda	Valor
<b>Produção</b>	-	-	-	-	-	-
Fêmeas reprodutores	18	70,00	1 260,00	-	-	3 220,00
Macho reprodutor	2	100,00	200,00	-	-	200,00
			-			-
<b>Consumíveis</b>			-	-		-
Crias	10	34,00	340,00		1 046,00	498,00
<b>Total</b>	<b>30,00</b>		<b>1 800,00</b>	<b>-</b>	<b>1 046,00</b>	<b>3 918,00</b>

## 12. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, no período de 2017, foram, "5"

Os órgãos diretivos e sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	533 906,49	532 179,87
Benefícios Pós-Emprego	41 968,31	43 086,31
Indemnizações		
Encargos sobre às Remunerações	116 367,11	113 643,43
Seguros Acidentes Trabalho+HST	6 082,75	3 845,06
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	1 696,23	10 038,77
<b>Total</b>	<b>700 020,89</b>	<b>702 793,44</b>

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de "51".

## 13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 14.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>40 000,00</b>	<b>40 000,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	40 000,00	40 000,00
<b>Outros Ativos Financeiros</b>	<b>1 117,40</b>	<b>1 077,51</b>
FGCT	1 117,40	1 077,51
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
<b>Total</b>	<b>41 117,40</b>	<b>41 077,51</b>

### 14.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros	1 356,44	1 051,29
Quotas	8 897,75	15 039,91
<b>Ativo corrente</b>	<b>10 254,19</b>	<b>16 091,20</b>
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	146 310,91	169 135,07
Empréstimos concedidos a MLP	146 310,91	169 135,07
<b>Total</b>	<b>156 565,10</b>	<b>170 186,36</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	2 003,53	2 936,58

### 14.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	2 591,40	2 324,64
<b>Total</b>	<b>2 591,40</b>	<b>2 324,64</b>

### 14.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Empréstimos ao pessoal -MLP	447,24	3 875,99
Outras operações com o pessoal-penhoras	8 531,95	2 925,99
Outros Devedores, dos quais:	174 870,10	150 357,61
Devedores de rendas	168 643,73	145 496,69
Adiantamentos ao pessoal	30,00	30,00
Perdas por Imparidade	(7 422,87)	(7 422,87)
<b>Total</b>	<b>176 456,42</b>	<b>149 766,72</b>

#### 14.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	2 857,86	4 127,78
Outros Custos	1 050,58	1 293,79
<b>Total</b>	<b>3 908,44</b>	<b>5 421,57</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Subsídios IEFP	2 342,67	377,30
<b>Total</b>	<b>2 342,67</b>	<b>377,30</b>

#### 14.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	146,55	187,94
Depósitos à ordem	115 412,63	29 893,46
Depósitos a prazo		65 000,00
Outros		-
<b>Total</b>	<b>115 559,18</b>	<b>95 081,40</b>

#### 14.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-Dez-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos permanentes	1 614 235,90			1 614 235,90
Excedentes técnicos	-			-
Reservas	125 219,02			125 219,02
Resultados transitados	(33 252,32)		(153 294,38)	(186 546,70)
Excedentes de revalorização	2 785 652,56			2 785 652,56
Outras variações- Subsídios ao investimento	49 903,65		(4 848,74)	45 054,91
Outras variações- Reexpressões	782 473,18			782 473,18
<b>Total</b>	<b>5 324 231,99</b>	<b>-</b>	<b>(158 143,12)</b>	<b>5 166 088,87</b>



O valor dos Fundos Permanentes -1.614.235,90- corresponde ao valor das reservas matemáticas das várias modalidades associativas que a Entidade tem como responsabilidade financeira futura perante os seus mutuários.

Tendo por base o relatório do Técnico Actuarial a responsabilidades à presente data atinge o montante de 1.461.373,58 euros estando por isso perfeitamente acautelados os direitos futuros dos associados. Acresce ainda que todo o ativo está afeto às modalidades de benefícios.

#### 14.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	25 594,75	26 052,70
<b>Total</b>	<b>25 594,75</b>	<b>26 052,70</b>

#### 14.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida como segue:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 825,46	4 335,44
Outros Impostos e Taxas	2 436,39	2 436,39
<b>Total</b>	<b>5 261,85</b>	<b>6 771,83</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto Rend. Pessoas Singulares (IRS)	5 074,71	4 730,13
Segurança Social	14 914,19	12 228,97
Outros Impostos e Taxas	9 125,67	3 273,73
<b>Total</b>	<b>29 114,57</b>	<b>20 232,83</b>

#### 14.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	1 184,54	-	8 000,00
Remunerações a pagar	-	1 184,54	-	8 000,00
Credores por acréscimos de gastos	-	94 480,23	-	94 533,26
Outros credores, dos quais:	-	34 646,78	-	8 093,91
sinal venda edifício	-	27 000,00	-	-
<b>Total</b>	-	<b>130 311,55</b>	-	<b>110 627,17</b>

**14.11. Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos em análise os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Doações em espécie	8 371,25	5 192,28
<b>Total</b>	<b>8 371,25</b>	<b>5 192,28</b>

<b>Total dos Subsídios e Doações</b>	<b>361 823,91</b>	<b>346 813,48</b>
--------------------------------------	-------------------	-------------------

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

**14.12. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos em reporte, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos		127,20
Serviços especializados	24 280,72	26 002,07
Materiais	3 601,04	4 370,50
Energia e fluidos	60 598,70	59 898,16
Conservação e reparação	20 270,66	11 015,14
Limpeza ,Higiene e conforto	13 748,28	13 919,41
Outros fornecimentos e serviços, dos quais:	46 435,19	40 657,45
Comunicação	4 065,93	4 542,28
Comissões	9 225,00	954,00
Despesas com os utentes	20 101,41	19 187,53
<b>Total</b>	<b>168 934,59</b>	<b>155 989,93</b>

**14.13. Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Descontos de pronto pagamento obtidos	21,64	-
Rendas e outros rendimentos	121 360,88	111 121,74
Outros rendimentos e ganhos, dos quais:	7 846,96	8 409,75
Imputação subsídios ao investimento	4 848,74	4 989,38
<b>Total</b>	<b>129 229,48</b>	<b>119 531,49</b>

**14.14. Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	222,36	195,87
Outros Gastos	664,51	781,11
Perda na alienação de propriedades investimento	19 391,28	-
Capitais vencidos a associados	390 073,07	421 152,24
<b>Total</b>	<b>410 351,22</b>	<b>422 129,22</b>

**14.15. Resultados Financeiros**

Nos períodos em reporte foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1 290,57	2 423,67
<b>Total</b>	<b>1 290,57</b>	<b>2 423,67</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	211,25	1 794,45
De financiamentos concedidos	9 441,79	10 015,01
Juros de mora	694,69	231,74
<b>Total</b>	<b>10 347,73</b>	<b>12 041,20</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>9 057,16</b>	<b>9 617,53</b>

**14.16. Acontecimentos após data de Balanço**

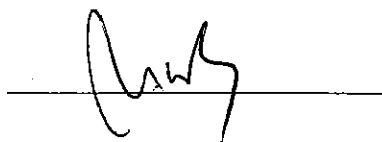
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Órgão de Gestão em de Março de 2018.

Évora, de Março de 2018

Contabilista Certificado



O Órgão de Gestão

